



Eixo: Política Social e Serviço Social  
Sub-eixo: Política de Educação

## POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO DIREITO DE PERMANECER NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

MARIA LIDUINA DE OLIVEIRA E SILVA<sup>1</sup>  
MARIA JOSÉ DE SOUZA BARBOSA<sup>2</sup>

**Resumo:** O trabalho resulta de incursões na gestão acadêmico-administrativas de unidades de ensino, e busca refletir sobre a política de assistência estudantil, suas ações para garantir a permanência na graduação de estudantes considerados “vulneráveis socioeconomicamente”, na universidade pública. Tem como objetivo mostrar, de modo sintético, a importância dessa política na democratização do direito à vida acadêmica, face a crise neoliberal das políticas sociais. A formação de profissionais comprometidos com a transformação da realidade tem forte vínculo com a perspectiva do desenvolvimento ético-social, uma contradição, no seio do neoliberalismo, tendo em vista a redução das desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** Assistência Estudantil. Direito. Universidade Pública. Neoliberalismo.

**Abstract:** The academic work results from incursions into the academic-administrative management of educational units, and seeks to reflect on the student assistance policy, its actions to ensure the permanence in undergraduate students considered "socioeconomically vulnerable" in the public university. Its objective is to show, in a synthetic way, the importance of this policy in the democratization of the right to academic life, in the face of the neoliberal crisis of social policies. The formation of professionals committed to the transformation of reality has a strong link with the perspective of ethical-social development, a contradiction within neoliberalism, with a view to reducing social inequalities

**Keywords:** Student Assistance. Right. Public university. Neoliberalism.

### 1. INTRODUÇÃO

Para entender a política de assistência estudantil no contexto social contemporâneo do Brasil, um país que se constitui como sétima economia do mundo globalizado, exige realizar uma breve digressão sobre o processo de sua formação sociohistórica. Ao se pensar, tomando como ponto de partida o acesso à educação superior observa-se que uma parcela pequena da sociedade tem acesso à universidade pública, gratuita e de qualidade. Há um esforço da sociedade em ampliar o contingente de jovens na formação superior, mas a democratização do espaço acadêmico ainda é

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de São Paulo. E-mail: <liduoliveira90@gmail.com>.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará.

um desafio, pois os investimentos nos últimos dois anos têm sido restringidos, levando à precarização de um sistema de educação superior vulnerável.

Os determinantes sociohistóricos de desigualdade social e educacional que afetaram à juventude brasileira tem como raízes no modelo de desenvolvimento nacional, ao afirmar um padrão de sociedade concentrada no espaço urbano. Uma referência da Revolução Industrial, em à classe trabalhadora era segregada dos processos de modernização socioespacial, dos serviços e equipamentos públicos de qualidade. A marginalização das classes sociais na dinâmica da industrialização tem como efeito socioeconômicos mais visíveis às desigualdades sociais, regionais e sub-regionais. As grandes firmas e os projetos financiados pelo estado brasileiro levaram à concentração populacional nas cidades e no campo à expansão do agronegócio tem gerado perdas da biodiversidade, degradação ambiental, desflorestamento dentre outros fenômenos riscos de desastres socionaturais.

A política de assistência social enquanto direito inscreve-se na dinâmica progressista, que veio se instalando como forma de mitigar os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais, dos discentes oriundos das camadas populares. Suas ações tendem à reduzir os agravos relacionados à inserção social sob os impactos do capital financeiro”, e as políticas neoliberais.

Nestes termos, o golpe parlamentar de 2016 vem repercutindo em perdas para esses discentes, tendo em vista que o programa “Ponte para o futuro<sup>3</sup>” retoma a agenda neoliberal ditada pelo Consenso de Washington<sup>4</sup>, a fim de ampliar a privatização,

---

3 Documento laçado pelo PMDB em 25 de outubro de 2015, configurando 20 proposições de ruptura com os ganhos sociais da Constituição de 88. Dentre estas medidas destaca-se, acabar com as vinculações constitucionais das receitas públicas para saúde e educação; implantação de novo modelo orçamentário totalmente impositivo, leia-se congelamento do orçamento público por 20anos; na área do trabalho que o negociado sobre o legislado; maior participação do setor privado; fim de todas as indexações. Essas propostas retomam a dinâmica neoliberal inscrita no Consenso de Washington.

<sup>4</sup> O Consenso de Washington, nome dado por John Willians ao encontro ocorrido na capital dos Estados Unidos, no ano de 1989, convocado pelo *Institute for International Economics*, que reuniu economistas latino-americanos liberais, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. Como resultado desse encontro foram elaboradas dez regras básicas, para o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento. Essas regras eram destinadas, principalmente, aos países da América Latina, que supostamente gerariam estabilização macroeconômica, com abertura comercial e financeira, expansão das forças do mercado e a privatização. Trata-se do neoliberalismo e do fundamentalismo de mercado, a fim de disciplinar o Estado, para limitar os gastos à arrecadação, eliminando o déficit público: redução dos gastos públicos; reforma fiscal e tributária, na qual o governo deveria reformular seus sistemas de arrecadação de impostos e ampliar a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos; abertura comercial e econômica dos países, a fim de reduzir o protecionismo e proporcionar um maior investimento estrangeiro; taxa de câmbio de mercado competitivo; liberalização do comércio exterior; investimento estrangeiro direto, eliminando as restrições; privatização, com a venda das estatais; desregulamentação, com o afrouxamento das leis de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; direito à propriedade intelectual.

inclusive do ensino superior e em consequência elevar os ganhos do capital hegemônico pelos EUA.

Neste sentido, a retomada da dinâmica neoliberal em toda a sua força volta-se contra às políticas sociais e às conquistas dos trabalhadores. Desta forma, os gastos com pagamentos de juros da dívida da ordem de R\$ 311,5 bi, desonerações tributárias excessivas que alcançaram R\$ 104 bi e a baixa arrecadação devido aos baixos investimentos do empresariado desde 2012 (MANCEBO, 2017), não são colocados como ponto de críticas e de alteração. No entanto, são esses fatos que corroboram para a crise, que repercutem má qualidade de vida das classes populares. Mas as elites retrogradadas e reacionárias, por meio do governo do Temer, visam retirar dos trabalhadores para entregar aos capitalistas nacionais e internacionais, gerando o desemprego como efeito da própria política econômica, acirrando o quadro das desigualdades sociais da sociedade brasileira.

No Brasil, historicamente, as lutas por direitos à educação caracterizam-se por processo de democratização da sociedade, sendo a educação, uma das pautas de reivindicação da classe trabalhadora, não somente do acesso, mas também da permanência no ensino desde à pré-escola ao ensino superior público, considerando a educação como possibilidade de melhoria de condição social e redução da desigualdade social.

Nesse contexto macroeconômico, pensar a assistência estudantil tem como perspectiva dimensioná-la no âmbito das políticas públicas de promoção e proteção aos excluídos da promessa do desenvolvimento nacional. A inserção de pobres e chamados “vulneráveis” no ambiente acadêmico é consequência das lutas sociais e estudantis. Suas reivindicações por melhorias no ensino público repercutem no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em dezembro de 2007.

## **2. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO MECANISMO DE GARANTIA DE DIREITO A EDUCAÇÃO SUPERIOR**

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 2012), responsável pela formulação de ações de políticas educacionais, no âmbito das universidades brasileiras, compreendo a assistência estudantil como instrumento capaz de viabilizar a implantação de ações capazes de promover o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de graduação. Por meio da política de assistência estudantil tem-se a possibilidade de criar mecanismos de inclusão dos discentes que passaram a acessar o ensino superior, embora com dificuldades de

permanência ou mesmo de usufruir de uma formação ampla, com a participação mais efetiva no meio acadêmico.

Assim, a política estudantil é constituída como estratégia de garantir a permanência dos discentes considerados pobres, por meio de ações afirmativas, como prevê o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em dezembro de 2007. Neste sentido, trata-se de uma ação que ganhou maior dimensão a partir de 2010, com a implantação do Decreto nº 7.234 que concebe a assistência estudantil como um direito de cidadania, na medida em que estabelece diretrizes e regras de combate às desigualdades sociais e regionais, gerando condições para ampliação e democratização do acesso e permanência dos jovens no ensino público federal.

O PNAES visa atender estudantes em situação de baixa condições socioeconômicas, matriculados em cursos de graduação presencial, em instituições federais de ensino superior, oportunizando condições para a manutenção e a garantia de desempenho acadêmico, a fim de que estes possam concluir seus cursos. Constitui-se, portanto, como instrumento de combate à repetência e evasão, tendo em vista que seus percursos estudantis na rede pública de ensino fundamental e médio não contribuem para uma formação humanística e intelectual, capaz de favorecer o aprendizado de conhecimentos específicos das áreas científicas, acadêmicas e tecnológicas, requerendo esforço para que estes discentes ao entrar em contato com o conhecimento científico passem apreendê-lo de modo crítico.

Assim, pode-se dizer que o PNAES trouxe como princípios básicos, a integralidade de atenção ao estudante e a equidade social, introduzindo ainda o acompanhamento e a avaliação como instrumento básico na formulação e execução dessa política.

Sob essa concepção, a assistência estudantil se constitui como um importante instrumento para garantir ações que visem acesso e permanência dos estudantes da classe trabalhadora na universidade, de forma qualificada.

Para Nascimento (2010), a assistência estudantil trouxe novidades a incorporação da assistência social à educação de nível superior, na medida em que compreende o acesso colado a permanência do estudante na universidade. Dessa forma, tem operacionalizado mecanismos visando ampliar as oportunidades de estudantes da classe trabalhadora à inserção e à permanência no ensino superior, viabilizando as condições necessárias à sua formação acadêmica e profissional.

Para Barqueiro (2015), a assistência estudantil possibilitou a estudantes oriundos da classe trabalhadora pudesse acessar capazes de viabilizar realizar seus percursos pedagógicos em variadas dimensões da formação acadêmica.

Nesse sentido, a Normativa 39/2007 estabeleceu a abrangência da assistência estudantil a serviços como moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Trata-se, portanto, de uma política de combate às desigualdades sociais, na medida em que essas ações afirmativas, ainda que frágeis, tem possibilitado a estudantes oriundos da classe trabalhadora, não somente o ensino superior, mas também, condições que favorecem uma formação ampla e comprometida com a cidadania.

Para Cislagui e Silva (2012), a política de assistência estudantil é um mecanismo de combate às desigualdades sociais, democratizar condições para o que os jovens possam se ingressar no ensino superior público federal. Neste sentido, os programas de cotas e bolsas tem contribuído para que esse público tenha acesso à educação superior em diferentes níveis.

No entanto, o Brasil investe muito pouco em educação, ciência e tecnologia e, apesar dos baixos orçamentos, a democratização no acesso, por meio das políticas de proteção social, tem corroborado para a elevação do número de estudantes, particularmente, com a inserção social de estudantes de famílias pobres. Pelo fato de ser uma política recente poucas são as análises dessa experiência.

### **3 TRAÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIFESP**

Ao analisar a política assistência estudantil vê-se que a mesma tem contribuído para a redução das altas taxas repetência e evasão, principalmente quando se trata das áreas tecnológicas que exigem conhecimentos das ciências exatas e naturais. Assim, a possibilidade dos discentes poderem ser atendidos em suas dificuldades socioeconômicas e culturais favorece a permanência dos estudantes nos seus cursos de graduação.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade (PRAE) Federal de São Paulo (UNIFESP) foi criada em 2010 a fim de cumprir o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Busca-se desenvolver um breve histórico sobre essa Pró-Reitoria e suas ações relativas à política estudantil, seus propósitos. A Pró-Reitoria tem a responsabilidade de implementar, desenvolver, acompanhar e avaliar a política institucional aprovada pelo Conselho de Assuntos Estudantis, sobre as ações relacionadas aos estudantes, em sintonia com o PNAES.

Neste sentido, a partir de 2005 iniciou um processo de expansão para novos municípios no estado de São Paulo (Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, São José dos Campos e Osasco), ampliando sua área de abrangência e ainda as áreas de

conhecimentos, gerando vagas para cursos das ciências da saúde, das ciências exatas, ciências ambientais e ciências sociais aplicadas.

Com aberturas de cursos noturnos (estudante trabalhador). Em 2010 criou a PRAE; adotou neste mesmo ano a Seleção Unificada e Mista (não mais vestibular tradicional elitista); adotou a política de Cotas para universidades (escola pública, renda e raciais) e, em 2016, atingiu a cota de 50% do total das vagas previstas na lei. Com a instituição, lei 13.409/2016, instituiu as Cotas para pessoas com deficiência.

A PRAE dispõe de uma rede de atenção à assistência estudantil formada pelos: Núcleos de Apoio aos Estudantes estabelecidos nos Campi (São Paulo, Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, São José dos Campos e Osasco), da Unifesp, Restaurantes Universitários e Serviço de Saúde do Corpo Discente (SSCD) que oferece atendimento médico, odontológico e psicológico.

Também faz parte de suas competências, gerenciar, acompanhar e avalia Programas de Auxílios e Bolsas (Programa Auxílio Permanência Estudantil – PAPE – e Programa de Bolsa Permanência Estudantil – PBP), que visam criar condições de permanência e aproveitamento acadêmico, particularmente, para estudantes que apresentem situação de vulnerabilidade socioeconômica e muitas vezes não têm condições de permanecer na universidade.

A inserção de estudantes da classe trabalhadora tem se constituído como um elemento novo, exigindo abertura para a compreensão e oferta de serviços que sejam capazes de orientar os estudantes que trazem, no contexto contemporâneos, questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, geração, dentre outros que precisam ser incorporados pelas universidades.

Desta forma, há a necessidade de entender esses novos alunos, tornando-se um desafio, compreender esse perfil estudantil, a fim de se organizar para acolhê-los, enquanto instituição educadora na contemporaneidade. Isto leva a se perguntar sobre as ações de assistência e permanência estudantil, se elas têm conseguido atender a demanda efetiva desses estudantes.

Pois, de acordo com a análise do Perfil Socioeconômico, cultural e acadêmico de estudantes da Unifesp - Estudo elaborado pela Comissão de Estudos de Perfil do Estudante de Graduação (CEPEG) - que ingressaram no ano de 2016, a grande maioria cursou ensino médio regular; (80,8%), seguido por estudantes que cursaram o ensino técnico/profissionalizante, (concomitantemente ou não ao ensino médio) (13,0%). Nesta análise, observa-se que entre dos diferentes campi, São José dos Campos apresentou maior percentual de ingressantes com passagem pelo ensino técnico/profissionalizante

(20,6%), seguido por Osasco (16,2%). Isto pode revelar maior adesão ao tecido social de suas respectivas cidades, como mores índices de industrialização.

Quando se trata de ingressantes com certificação do ensino médio por meio do ENEM, o campus Baixada Santista (2,3%) mostra-se em primeiro lugar, seguido do campus Guarulhos (1,9%), inclusive este último teve maior proporção de ingressantes que cursaram outros tipos de ensino médio (supletivo, ensino a distância, educação de jovens e adultos etc.) (3,8%), seguido pelo campus Baixada Santista (3,4%). Estes dados parecem revelar uma característica sincronizadas com as necessidades de formação dos estudantes. Por essas razões, indaga-se: *será* que o projeto de formação profissional da Universidade atende as necessidades dos mesmos. Nesse sentido, vem conseguindo implementar ações definidas no plano das conquistas sociais e legais instituídas no âmbito da política de assistência estudantil.

### **3.1 Os Programas de Bolsas Permanência da Unifesp.**

Segundo os dados do Perfil dos Estudantes do Programa de Bolsa Permanência (PBP) e do Programa de Auxílio Permanência Estudantil (PAPE), realizado em 2016, estão distribuídos da de acordo com o seguinte. Do total de estudantes ingressantes no referido ano, 1.184, 20% está na faixa etária entre 19 e 21 anos; 55,8% corresponde ao sexo feminino; 58,8% de cor/raça/etnia branca; 96,6% do Estado SP; 92,5% é constituído de solteiros; 94,7% sem filhos; 81,1% residiam com os pais; 81,3% uso transporte coletivo; 66,1% se inscreveu para o turno diurno; 55% cursaram integralmente escola pública; 63% possuía renda per capita até 1 e ½ SM; 25% de vagas foram reservadas para perfil de renda. Do total de estudantes 7,2% fizeram parte de programa de auxílio/bolsa.

Os Programas de Auxílio e Bolsas (PBP E PAPE) da Unifesp se constituem com um das modalidades da assistência estudantil, como já mencionado, mas, não se esgota nestes.

O PBP (Programa de Bolsa Permanência) e PAPE (Programa de Auxílio Permanência) são Programas Sociais subsidiados, respectivamente, pelo Ministério da Educação e pela Unifesp, que ofertam bolsas nos valores entre R\$160,00 a R\$ 746,00 a depender da condição socioeconômica do estudante/família. Tem como objetivo criar condições de permanência e aproveitamento na formação acadêmica para os estudantes que apresentem indicativos de “vulnerabilidade socioeconômica”: per capita, moradia, situação de trabalho estudante/família, doenças graves e outros agravantes sociais.

A implantação de novos cursos e ampliação da UNIFESP levou à mudança no perfil estudantil. Verificou-se elevação no percentual de pessoas do sexo feminino (55,8%); houve redução no quadro dos estudantes que se auto-reconhecem como brancos (59,85); mais estudantes negros obtiveram ingresso na UNIFESP, mesmo que esse percentual seja pequeno. Identificou-se maior participação de pardos e negros vindos da escola pública, com inserção via cotas. Estudantes oriundos de escola pública (55%), A partir desse conjunto de ações, aos poucos, a UNIFESP vem incorporando um novo perfil de estudantes, levando a instituição criar estruturas institucionais capazes de adequar-se a essa realidade, tendo em vista que se constituía como uma universidade que ofertava apenas cursos das ciências da saúde (medicina e enfermagem). Com sua ampliação nota-se que o perfil socioeconômico cultural e acadêmico de seus estudantes alterou-se significativamente.

Os dados da Pró-Reitoria de Ensino mostram ainda que a maioria dos estudantes da UNIFESP é constituída por alunos oriundo das classes populares, com renda per capita de 1 e ½ SM (63%), um perfil predominantemente popular, com elevado índice de vulnerabilidade socioeconômica.

A avaliação da situação socioeconômica dos estudantes e leva ao atendimento de que o apoio e auxílio correspondem à faixa de valores, configurados a partir dos indicadores de vulnerabilidade socioeconômica, como enumerado abaixo: situação de moradia do(a) estudante ou da família; procedência escolar; renda per capita do grupo familiar; impacto de doenças graves na organização familiar; situação de trabalho do grupo familiar e do(a) próprio(a) estudante. O que se observado na tabela 1 sobre os perfis correspondendo aos salários mínimos como consta abaixo.

**Tabela 1: Relação dos perfis com salários Mínimos**

Relação dos perfis com salários Mínimos	Intervalo de IC <sup>1</sup> , combinado com análise social)	Referencial de valores (Salário mínimo)	Referencial de valor de auxílio pape a ser concedido
Perfil I	0 a 197	0 a ¼ de salário mínimo	R\$ 746,00*
Perfil II	198 a 394	¼ ≥ ½ de salário mínimo	R\$ 586,00
Perfil III	395 a 788	½ ≥ 1 de salário mínimo	R\$ 373,00
Perfil IV	789 a 985	1 ≥ 1 ¼ de salário mínimo	R\$ 213,00
Perfil V	986 a 1182	1 ¼ ≥ 1 ½ de salário mínimo	R\$ 160,00

Fonte: <http://www.unifesp.br/reitoria/prae/programas/programas/pape>, 2018.

\*Valor destinado a estudantes em extrema vulnerabilidade socioeconômica

Para que possa realizar a avaliação de perfis socioeconômicos e sua correspondente faixa de valores, é enumerado os perfis que representam também os índices de “vulnerabilidade socioeconômica”, assim distribuídos:

Perfil I: caracteriza situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica: 6%

Perfil II: caracteriza situação de alta vulnerabilidade socioeconômica: 37%

Perfil III: caracteriza situação de média vulnerabilidade socioeconômica: 42%

Perfil IV: caracteriza situação de baixa vulnerabilidade socioeconômica: 9%

Perfil V: caracteriza situação de vulnerabilidade financeira:

Perfil II e III são os mais disponibilizados por acumularem maior índices de “vulnerabilidades”.

Neste caso, reitera-se que são considerados indicadores de vulnerabilidade socioeconômica:

- Situação de moradia do(a) estudante ou da família;
- Procedência escolar;
- Renda per capita do grupo familiar;
- Impacto de doenças graves na organização familiar;
- Situação de trabalho do grupo familiar e do(a) próprio(a) estudante.

A UNIFESP tem procurado desenvolver modalidades da política de assistência estudantil com programas de auxílio e bolsas, à exemplo dos Programas PAPE/PBP fundamentados na construção do perfil dos discentes, decorrente da análise socioeconômica do solicitante, fornecido pelo Índice de Classificação (IC), para atribuição com auxílios aos discentes identificados pelos indicadores de vulnerabilidade socioeconômica (não somente avaliação econômica).

A tabela mostra que, de acordo com o índice utilizado verifica-se que há uma correspondência entre o menor o valor e maior a vulnerabilidade socioeconômica do estudante. Resulta, analisarmos que o programa ao atender a necessidade de acesso e permanência no ensino superior, garantindo a conclusão dos percursos pedagógicos, há uma tendência a elevação das condições de vida dos egressos do ensino superior.

A pesquisa sobre o “Programa PAPE – avaliação da influência na permanência estudantil”, desenvolvida pela professora Juliana Céspedes (Campus São José dos Campos – UNIFESP) revela que o PAPE tem cumprido seu objetivo de criar condições de permanência, com aproveitamento pleno da formação acadêmica dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A porcentagem de estudantes desistentes é menor entre os que recebem algum tipo de auxílio PAPE e a porcentagem de estudantes em curso que não obtém esse tipo de atendimento. Com isso, pode-se assegurar que o programa é fundamental em todos os Campi da Universidade Federal de São Paulo”.

Nos depoimentos dos estudantes, verifica-se que:

“Nesse cenário atual de redução dos direitos sociais, de contrarreformas, a assistência estudantil tem uma função social importante de, por meio dessa assistência, não haja evasão e possamos concluir nossos cursos” (ESTUDANTE 1, 2018).

Outro depoimento estudantil, mostra a importância da política de assistência estudantil, sendo o primeiro de família pobre a ingressar universidade:

“Não há como imaginar outra forma de estar na universidade sem o Programa de Auxílio Permanência (PAPE). Sou oriundo da grande São Paulo - Município de Mauá - filho de pais negros, sem formação acadêmica, pobres, que até o meu ingresso na universidade nenhum deles não havia terminado o Ensino Médio”. (ESTUDANTE 2, 2018).

Pode-se vislumbrar, via o depoimento do estudante 3, que:

“A democratização da universidade só pode acontecer quando a educação for prioridade em todos os espaços político e econômico de poder, quando o PNAES conseguir manter estudantes negros, pobres, periférico (e todos socialmente oprimido pelo sistema capitalista) assim como eu!” (ESTUDANTE 3, 2018).

Esses depoimentos mostram a importância e necessidade de ampliação da assistência estudantil, em suas diversas modalidades, a fim de garantir oportunidades iguais, entre os estudantes cotistas e os demais.

#### **4. CONCLUSÃO**

A assistência estudantil e as suas ações afirmativas se constituem como uma política de proteção que busca garantir a permanência de estudantes que conseguiram devido ao processo de ampliação da rede de ensino fundamental, médio e ao acesso à universidade. Mas o fato de serem oriundos das camadas populares tem baixa renda.

Nesse sentido, a política de assistência estudantil busca contribuir para a redução das desigualdades social e étnico-racial, pois seu público beneficiário é constituído por negros, quilombolas, indígenas, e de populações periféricas.

A política de assistência é uma importante estratégia de democratização do ensino superior, no Brasil, ao promover o acesso a bens e serviços públicos que tem elevado a condições de vida acadêmica dos estudantes, visando equidade social.

Em síntese, compreende-se que a assistência estudantil e as ações afirmativas caracterizam-se como direito social à educação superior. Isso é melhor dimensionada com a expansão da Unifesp e a ampliação de vagas, com o implemento das cotas e da assistência estudantil e das ações afirmativas, devido à mudança de perfil dos estudantes.

O desafio da assistência estudantil, em tempo de redução do estado e, em consequência, da universidade, como manter e elevar ações que visão não somente a permanência, mas necessariamente, o fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação para esses novos alunos. Avançar na concepção de uma universidade inclusiva é essencial, o que exige avançar e ampliar também nas ações da política de assistência estudantil.

Como estruturar uma política de inserção de estudante trabalhador/a para além do PAPE/PBP, do ponto de vista da assistência e permanência estudantil? Precisa-se, desta forma, investir na qualidade de ensino, desde o nível fundamental ao médio, para que o ingresso por meio de política de cotas favoreça a pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Assim, é necessário aprofundar estudos sobre as ações de assistência estudantil e cotas, particularmente com os egressos das mesmas, para compreender sua dimensão enquanto capacidade de formar profissionais atualizados e adequados a uma atuação responsável, na implementação de políticas para mulheres, transexuais, negros, estudantes trabalhadores e em políticas para as mães universitárias.

As mudanças ocorridas no perfil da Unifesp foram para melhor, com qualidade, ao incluir estudantes de baixa renda, escola pública, cotistas. Maiores índices de democratização do acesso e permanência estudantil frente a desigualdade social e educacional. Precisa-se defender a educação superior como um direito social e combate às desigualdades regionais brasileira, culturais e sociais. Trata-se de construir uma universidade plural que acolha a diversidade humana, de geração, de gênero e diversidade sexual e de étnico/racial e uma universidade socialmente referenciada.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Anna Carolina Lili; SANABIO, Marcos Tanure; MAGALDI, Carolina Alves. e MACHADO, Carla Silva. As Políticas de Assistência Estudantil: Experiências comparadas em Universidades Públicas Brasileiras. Florianópolis/SC, 2013. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, v. 6, n. 4, 2013.

BAQUEIRO, Diciola Figueirêdo de Andrade. Equidade e Eficácia na Educação: contribuições da política de assistência estudantil na permanência e desempenho discente. Dissertação (Mestrado)-UFBA, 2015.

BRASIL. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - **Pesquisa amostral do Perfil Sócio-econômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras**. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Brasília, 2016.

BRASIL. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior. Brasília, 2012.

BRASIL. Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Portaria Normativa nº 39, de 12/12/2007**. Brasília, 2007.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; SILVA, M ateus Thomaz da. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência. **Revista SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, 2012.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

LEITE, Janete Luzia. Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos? **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 453-472, jul./dez. 2012.

LIMA, Maria Eliane. **Política de assistência estudantil e educação tecnológica do campo**: estratégias de permanência escolar. (Dissertação de Mestrado)-IFPA, Castanhal/PA, 2017.

MANCEBO, Deise. Crise político-econômica no Brasil: Breve análise da educação superior. **Educ. Soc. Campinas**, v. n. 141, p.875-892, out./dez.2017.

NASCIMENTO, Clara Martins. **O Papel da Universidade na Garantia da Permanência do Estudante no Ensino Superior**: as configurações da assistência estudantil na UFPE. Recife/PE, 2010. Disponível em [http://www.uninove.br//Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais\\_VII\\_Coloquio/para%20Nascimento.pdf](http://www.uninove.br//Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais_VII_Coloquio/para%20Nascimento.pdf). Acesso em: 20 nov. 2014.

UNIFESP. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação da Universidade Federal de São Paulo**. 2016. Site da Unifesp.

UNIFESP. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação da Universidade Federal de São Paulo**. 2015. Site da Unifesp.

UNIFESP. **Perfil dos Estudantes PAPE/PBP**. Pesquisa realizada por Giovana Freo e Luciana da Costa, orientada pela professora Liduina Oliveira. 2017.

UNIFESP. “**Programa PAPE – avaliação da influência na permanência estudantil**”, pesquisa realizada pela professora Juliana Céspedes (Campus São José dos Campos). 2017.

UNIFESP. **Perfil dos Estudantes PAPE/PBP**. Pesquisa realizada por Hellén Costa e Tamires, orientada pela professora Liduina Oliveira. 2016.